

# DIÁLOGO SOBRE A POLÊMICA ECONOMIA INFORMAL

Hamilton D'Angelo\*

## Resumo

Este artigo discute as atividades dos vendedores de rua em seus vários enfoques, aborda também o sistema capitalista e o processo de transformação da economia.

**Palavras-chave:** lógica de reprodução capitalista; atividades informais e de sobrevivência.

## Abstract

This article discusses the street selling activities in its several matters. It also talks about the capitalist system and its transformation in process in the economy.

**Keywords:** capitalist reproduction logic; street selling and surviving activities.

- 
- Doutor em Ciências Sociais - Mestre em administração, Professor da FEA – PUCSP e consultor de empresas.
  - E-mail: hamiltondangelo@hotmail.com

A quantidade de pessoas que integram as chamadas atividades informais, de modo principal nas grandes metrópoles brasileiras, proporcionam um campo fértil para reflexões sobre o caráter e a importância que essas atividades representam na economia brasileira. O IBGE, em recente pesquisa, mostra esses dados, como também apresenta, em outubro de 1997, que a maior parcela de empresas informais estão na Região Sudeste brasileira. Vem à tona, de imediato a necessidade de buscar as contradições e polêmicas apresentadas por estudiosos do assunto.

O debate sobre a economia informal, na América Latina, não é recente. Na década de quarenta, o intenso processo de urbanização tende a tornar mais numerosa a quantidade de moradias e ocupações precárias. Desde aquela década, já há indícios de que a pequena capacidade de absorção de mão-de-obra do setor industrial, em cidades urbanizadas, origina o fenômeno da marginalidade, associado à precariedade das condições de vida da população de baixa renda.

Considerando-se essa problemática há, pelo menos, duas vertentes de argumentação, sustentando essa controvérsia. A primeira, considera o setor secundário não empreendedor, não tendo, para tanto, condições de ocupar a crescente quantidade de mão-de-obra disponível. A Segunda concebe o industrial como um setor dinâmico, pois incorporando tecnologias poupadoras de mão-de-obra, não propicia abertura de postos de trabalho, causando, por isso, o desemprego.

Estes argumentos, assentados numa concepção teórica díspar, acentuando a tensão entre o setor moderno e o atrasado da sociedade, responsabilizam, este último, pela marginalidade e por obstruir o desenvolvimento da modernidade.

Na década de setenta, estudiosos, contrários à essa concepção dualista, passam a difundir idéias de que a marginalidade é resultante do próprio avanço do processo de

expansão do capital. Sendo assim, a expansão capitalista tende a destruir, manter e criar relações sociais de produção, nas quais a lógica de reprodução não é tipicamente capitalista. Nesta década, o modo de ver as atividades da economia informal como não estruturadas, através do trabalho assalariado e produção da mais-valia, difunde-se de modo indiscriminado.

Isso pode ser explicitado com o agravamento da crise econômica no Brasil, aliada à reorganização dos movimentos sociais, nos anos oitenta, induzindo o aumento de ocupações não legalizadas, reaparecendo, dessa maneira, as discussões acerca do dinamismo das atividades informais e seu papel na economia do país. ( Lino, 1992, p.3-5)

Isto é comparável com as palavras do Juiz Tributarista Edson Farah, um dos entrevistados no segundo semestre de 1997.

*Milhares de pessoas optam pelo comércio informal tendo-se em vista que esse negócio rende mais que qualquer outro tipo de atividade oficial. O negócio é lucrativo por tratar-se de roubo. Primeiro é o roubo dos impostos depois é o roubo de mercadorias e do espaço público, onde encontram suas lojas suas lojas a céu aberto sem qualquer ônus, aumentando dessa forma a lucratividade própria em detrimento da sociedade como um todo.*

Esse início de exposição polêmica impõe como exigência a investigação e o aprofundamento das discussões sobre o comércio ambulante principalmente no centro da cidade de São Paulo, onde circulam no dia-a-dia milhares de pessoas.

Não se pode, de modo inicial, deixar levar pela aparência, conceituando-se informal algo apenas destituído de formalidade ou que se opõe ao formal, pois o termo traz consigo um emaranhado de paradoxos.

Quando os estudiosos da OIT empregaram o vocábulo informal faziam entender que o termo trazia em suas características, as atividades econômicas que não guardavam

em sua base o assalariamento, portanto não continham as particularidades das atividades constituídas e amparadas pelo capital. De outra maneira, aparece a palavra formal, significando convencional ou concernente as leis e as regras.

Tomando-se com fator distintivo o formal, é possível entender o vocábulo informal como algo que se realiza com irregularidades ou de modo ilegal. Essa maneira de explicitar o significado, bem como de definir economia informal, através dos preceitos legais, torna-se popular através da imprensa no final da década de noventa.

Consentir que a ilegalidade é a essencial característica da informalidade é desconsiderar as diferenças existentes quanto a lógica de reprodução das economias formal e informal, tornando difícil a compreensão de processos que admitem que estas existem e se expandem.

De modo semelhante, pode-se entender quando parte das atividades econômicas formalizadas, mantendo alguns trabalhadores sem carteira assinada sejam atividades informais por fraudarem os processos trabalhistas. Equivale dizer que nas atividades em que as pessoas trabalham por conta própria, porém não são registradas como autônomas, são consideradas informais pela ausência exclusiva do registro público. Isso tenderia para aqueles que aceitam o foco legal como único elemento determinante da informalidade, também consentir que práticas ilegais, tais como tráfico de drogas, o contrabando e outros, deveriam estar implícitas nas atividades informais. Daí o risco de se ater apenas aos aspectos legalistas como o eixo de distinção das atividades formal e informal, desconsiderando-se o processo de reprodução dessas atividades.

Os analistas que examinam os impactos das atividades informais na economia, apoiam-se em dois pilares. Os primeiros defendem a idéia de que a atividade informal é

prejudicial à economia, devendo ser contida. Os segundos concebem as atividades informais como propiciadoras de pequenos empreendimentos.

Os defensores de que a economia informal deve ser reprimida, impedindo seu desenvolvimento, alegam que esta concorre deslealmente com as atividades formalizadas. Assim, não cumprindo parcial ou totalmente com as obrigações legais, podem vender mercadorias similares às das empresas formalmente constituídas, por preços inferiores, além de não oferecer qualquer segurança ao consumidor quanto a qualidade e garantia dos produtos vendidos.

Essas atividades tendem a ser fontes de sonegação de impostos, bem como constituem ônus para o Estado, uma vez que elas ao se utilizarem dos serviços públicos, sem a correspondente arrecadação dos tributos, proporcionam evasão de receitas.

Há também indícios que a empresa legalmente constituída pode induzir à prática da economia informal, como se nota nos depoimentos do Jornalista Jule Barreto, colhidos em 1997.

*Existe uma aliança mas é uma união espúria. Exemplo: algumas lojas despedem os empregados, fazendo com estes um pacto tácito. As lojas passam as mercadorias em consignação para os ex-empregados. Estes arrumam suas barracas na frente da loja, vendendo as mercadorias com menor preço desde que não sejam as mesmas vendidas no interior da loja e que paguem uma taxa por utilização do local. Isso representa uma vantagem para a empresa, porquanto não tendo vínculo com as pessoas deixam de recolher os tributos.*

Os adeptos da idéia de preservação das atividades informais entendem que os pequenos empreendimentos tendem a fortalecer o mercado, em vista de que a livre iniciativa proporciona oportunidades iguais para todos os cidadãos. Argumentam, também, que como as atividades informais são empreendimentos de pequeno porte,

estes não têm condições de arcar com a pesada carga tributária e encargos previdenciários.

O comerciante informal, reunindo pouca ou nenhuma experiência gerencial, aliada ao baixo grau de escolaridade e a falta de condições de investimento, em contraste com o espírito empreendedor da livre iniciativa na sociedade capitalista, colocam em risco a possibilidade de competir em igualdade de condições desse microempreendedor. Vê-se de outro lado que o absurdo aumento da carga tributária, dos encargos sociais e os custos da burocracia estatal, colaborando com o falseamento dessa competição, induzem o desenvolvimento de ocupações nas atividades informais e de sobrevivência. Isso está em harmonia ao elevado número de ambulantes que realizam suas atividades, céu aberto, no centro da cidade de São Paulo.

A abordagem de que pequenas atividades econômicas irregulares tenham o sentido de informais são difundidas, aceitas pela população e úteis, conforme conveniência, para os governantes ao justificarem o mau desempenho da economia Estatal e as possíveis evasões de receita, uma vez que as atividades informais não são computadas na contabilidade oficial.

No tocante aos empresários, percebe-se a tendência de utilização do que é irregular é informal, para buscar a redução de tributos e tornar menos pesados os encargos sociais como justificativa de que isso favorece maiores investimentos em novos empreendimentos do grande capital. Aproveitando-se também da mesma estratégia, defendem o ponto de vista de que legalizando as atividades informais evita-se a concorrência desleal com as atividades formalmente constituídas.

Reforça-se, assim, o discurso ideológico de que a livre iniciativa e o bem estar social, caminhando juntos, promovem o desenvolvimento econômico sem intervenção do Estado.

Essa maneira de focar o desenvolvimento econômico também pode propiciar, para parte da população, a ilusória impressão de que abrir um negócio próprio resulta em sucesso do pequeno empreendimento e que essa parcela poderá transformar-se em grandes empresários, deixando para trás a subsistência.

A entrevista de Vicente Sylvestre, ex-Comandante da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, concedida em 1997, esclarece estas informações:

*A política econômica recessiva só faz aumentar índices de desemprego. O cidadão desempregado, cansado de lutar pela conquista de um novo emprego, percebe que adquirir quinquilharia no atacado e vendê-las em praça pública, desperta a solidariedade do público, geralmente de baixa renda, que vê nele alguém que honestamente está batalhando pela vida que merece respeito. Quase sempre seu negócio inicia-se com o FGTS recebido pela dispensa do último emprego. Assim, de uma situação provisória, porém com ganhos satisfatórios, passa para uma atividade constante, fugindo de seus planos a volta para uma atividade permanente, e a volta para o emprego formal.*

Isso mostra que o modelo capitalista faz concessões, desde que estas não invertam a posição do poder das elites e que decisões permaneçam centralizadas nas mãos dos proprietários de capital.

É evidente, na tentativa de aclarar essas contradições, que o poder do capital, para conseguir proveitos, confunde a essência e a aparência dos problemas.

Mascarando-se a contradição no empenho para conquista de espaço, nessa competição, emerge a ideologia com seu papel preponderante, disfarçando as intenções, pondo em relevo a aparência para que esta seja assimilada e verbalizada como representação autêntica do real pelo microempreendedor. Isso faz com que os

praticantes da economia informal aceitem como desejável a visão do poder hegemônico, desvalorizando sua própria visão de mundo. Esse processo de rejeição de representação do mundo, de uma classe, por seus próprios membros, permite a abertura do espaço ao processo alienante imposto pelo poder do modelo capitalista. Assim, através dessa dinâmica, o poder tende a garantir privilégios e sua posição predominante nas relações sociais.

Surgem de alguns autores, que concebem a forma de reprodução como elemento diferencial das atividades informais das demais atividades econômicas, os subsídios para estas considerações.

Souza (1980.p.79 e seg.) entende que toda economia tem como propriedade abranger o espaço econômico e que a dinâmica capitalista, para se desenvolver, cria, destrói e recria espaços econômicos. Estes, determinados pelo núcleo capitalista, contêm pequenas produções não regidas nem organizadas sob a égide do capital. Ainda, segundo o autor, no espaço econômico, concebido como ambiente em que se realizam diversas formas de atividades, estão implícitas as fases de produção, distribuição e comercialização de bens e serviços, bem como a força de trabalho, compõe-se de duas finalidades distintas. Uma esboça que a produção seja utilizada para consumo próprio dos produtores, a outra mostra que a produção é colocada no mercado. O mercado de pequenas unidades produtoras, não tendo condições de expandir-se, não cria o seu próprio espaço econômico numa economia em que prepondera a influência do capital. O autor também faz ver que com o processo de expansão do capital não significa dizer que a pequena produção seja eliminada. Os pequenos produtores emergem na periferia do espaço econômico em locais nos quais o mercado, não se torna denso a ponto de influenciar a introdução de organizações capitalistas. Porém o próprio desenvolvimento



capitalista tende a gerar novos espaços em locais em que a pequena produção pode ser o agente da atividade informal. A indústria automobilista e a eletrodoméstica, entre outras, inclinam-se a propiciar o surgimento de unidades produtivas não tipicamente capitalistas, atuando no reparo, no licenciamento e na comercialização dos produtos manufaturados. Outras vezes, organizações capitalistas tendem a incentivar a pequena produção ao subcontratar pequenas unidades produtivas, para o trabalho de montagem e acabamento de roupas, como é o caso da indústria de confecção. Isto mostra que a grandeza do espaço econômico das organizações, não tipicamente capitalista, é demarcado pelo capitalismo, às vezes subordinando-se a ele, e não se desenvolvendo de modo autônomo.

Cacciamali (1991,p.121 e seg.) deixa claro que as atividades informais são compostas por um conjunto de formas de organização da produção que não contém o trabalho assalariado para realizar suas ações. Esclarece também que as atividades informais, constituídas pelo trabalho autônomo, exercem suas ações no espaço econômico não ocupado por organizações capitalistas. Estas organizações, em sua dinâmica de funcionamento, utilizando-se do núcleo do espaço econômico, não têm êxito na destruição total das atividades não organizadas nos moldes capitalistas. Isso permite exprimir a idéia que muitas atividades tornam a ser criadas como forma de trabalho autônomo. Porém, a constância de efetivação de atividades não organizadas sob a égide capitalista, num único espaço econômico, não significa que elas tenham autonomia e liberdade de ação nesse espaço. Esse único espaço divide-se em dois conjuntos em que a lógica de reprodução é diferente, ou seja, o primeiro torna ampla a participação das organizações capitalistas, exercendo a hegemonia da ocupação do espaço. O segundo, por estar sob a dependência do primeiro, fica à mercê das expansões

capitalistas, sendo engolido pelo capital. Sendo assim, essa relação de subordinação provoca limitações às condições do trabalho e o nível de renda nas atividades informais.

Considerando-se ainda a designação informal na literatura, o setor se caracteriza em duas acepções distintas:

- a) gerada em discussões no meio acadêmico em meados da década de 1970 e
- b) advinda dos países industrializados ao longo dos anos 80.

A primeira conceitua de informal as atividades econômicas onde não há separação clara entre o capital e o trabalho. O produtor é proprietário dos instrumentos e dos conhecimentos necessários ao trabalho, auxiliado pela mão-de-obra familiar, tendo a cooperação de poucos ajudantes, executando e, concomitantemente, gerenciando determinada atividade econômica. A produção, portanto, é organizada em função do seu próprio trabalho, não propicia condições para saltos tecnológicos, favorecendo a perpetuação do produtor, seu núcleo familiar e a sustentação exclusiva de seus negócios.

Em contraposição, ainda conforme Cacciamali, o formal é descrito como o setor que abrange nos moldes de produção capitalista, compreendendo o Estado e as empresas, independentemente de sua grandeza em que o desenvolvimento está assentado no trabalho assalariado, possibilitando em sua atuação saltos tecnológicos, taxas competitivas de retorno num processo de acumulação e de concentração de capital.

A Segunda interpretação pode ser entendida como atividades econômicas nas quais os executantes burlam os preceitos tributários e trabalhistas. Esse tipo de atividade constitui a economia subterrânea, invisível ou submersa. Assim, a realização das atividades, desenvolvendo-se de modo parcial ou total, de maneira clandestina ou na ilegalidade, oculta informações sobre a quantidade de empregados, produção, o volume

comercializado, o montante de receitas auferidas, induzindo a subestimação desses agregados nas estatísticas oficiais.

Contudo, a magnitude da economia submersa pode resultar da própria forma de regulação do Estado, influenciada pela abusiva elevação do nível de carga tributária. Implica dizer que quanto mais extensa e complexa a regulação do Estado, mais os agentes econômicos inclinam-se a aperfeiçoar seus instrumentos de evasão e, da mesma forma, os trabalhadores informais ficam mais vulneráveis às pressões e às propinas do fisco.

Dedecca (1990, p.100 e seg.), mostra em seu estudo que o processo de acumulação de capital pode lançar mão de assalariados precários que se encontram desempregados, bem como se utilizar de atividades abrangidas pelo segmento não organizado através da destruição deste para realizar seu intento. Isto ilustra a tendência do setor não organizado, reunindo tanto as atividades não constantes das estatísticas oficiais, quanto o trabalho realizado por conta própria (exceto os profissionais liberais) ser dependente do setor organizado ou formal.

Faz entender também que o sistema capitalista e o não organizado constituem espaços econômicos de diferentes naturezas e com formas diferenciadas de absorção da mão-de-obra para o universo produtivo. Isso mostra que o espaço econômico, conforme essa maneira de ver, pode se configurar sob três ângulos diferentes. O primeiro considera o conjunto da atividade produtiva como somatória dos grandes segmentos econômicos em que reúne o moderno e o de subsistência ou o formal e o informal. O moderno tem seu maior peso nas relações do trabalho assalariado, enquanto no de subsistência prevalecem as formas autônomas. O moderno descarta qualquer relacionamento econômico com o de subsistência, porquanto tende a incorporar o

contingente da população economicamente ativa nele contido. O segundo, aceita a existência dos dois segmentos, o formal e o informal, mas também pode-se entender, caso seja possível alguma relação entre ambos, que esta se realiza de maneira funcional, com o setor informal uma vez este produzindo bens a preços baixos, torna menores os custos do setor formal de produção. O terceiro mostra o predomínio do setor formal sobre o informal no desenvolvimento ditado pela dinâmica capitalista que ao se desenvolver, de modo a abarcar todos os espaços da atividade produtiva, subordina as diversas esferas da atividade econômica à acumulação de capital. Isto evidencia que a acumulação do capital conduz o processo de destruição, criação e recriação das relações da produção e do trabalho. Assim é possível dizer que a dinâmica do processo de acumulação implica na transformação dos espaços econômicos e das relações sociais e que a expansão capitalista também se utiliza de espaços abrangidos pelas organizações não-capitalistas. Ocorre, do mesmo modo, que a destruição do espaço econômico, amputa a articulação das relações de trabalho em vigor. Esta maneira de acumulação de capital não é restrita às transformações do modo de produção em suas crises, porquanto nestas evoluem o curso da destruição incluindo os segmentos organizados pelo próprio capital.

A atual fase gerência do capital está centralizada nas grandes empresas e conglomerados que ao executar suas atividades procuram abrir espaços adicionais através de novos e antigos mercados, potencializando sua expansão e acelerando a marcha do processo organizado ou capitalista. Esse procedimento induz o conjunto de indivíduos, ou de empresas que se encontram nos mercados, a organizarem seus espaços econômicos, tornando por base as determinações das grandes empresas. Essa dinâmica de acumulação tende buscar e promover mudanças nos espaços econômicos incluindo

segmentos não-organizados pelo capital. Estas, por serem dependentes do rendimento a ser obtido para sobrevivência do proprietário, tendem a não visar a acumulação de capital, não incorporar novos mercados, nem a criação de novos produtos.

Os grandes conglomerados, propagadores do dinamismo econômico, modificam as atividades de acordo com suas necessidades livres de qualquer dependência de seus modos específicos de organização da produção. Realiza-se assim, segundo Dedecca, o processo de destruição, desarticulando os espaços que interessam à exploração capitalista. Criam, quando convém, em épocas de expansão capitalista, novos e sofisticados espaços. Recriam atividades, antes desestruturadas, a partir da construção de novos espaços produtivos ou retomada do desenvolvimento, para se apoderar do mercado.

O autor, segundo os dados analisados, nos anos 80, na região da Grande São Paulo, demonstra que o segmento não-organizado se desenvolve com maior intensidade em fases de expansão econômica não aumentando de volume em épocas de crise. Isto deixa claro que se há facilidades de entrada no segmento informal, estas devem ocorrer em períodos de expansão do capital e tende a diminuir em fases de recessão. Assim sendo, essa dinâmica leva a uma contradição, pois a lógica seria o segmento informal tender a crescer em períodos de crise, em vista do desemprego proporcionado pelo setor organizado sob a égide do capital. A unanimidade dos informes dos entrevistados faz ver que a tendência do comércio ambulante, na cidade de São Paulo, é de aumentar. Pode-se refletir, sobre a temática, com o que diz Vicente Sylvestre ex-Comandante da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, um dos entrevistados no transcorrer do ano de 1997.

*A tendência futura desse tipo de atividade é aumentar. Enquanto contarmos com uma política econômica recessiva, uma reforma agrária*

*demagógica, uma política neoliberal que encobre os problemas sociais e, principalmente uma política de arrocho salarial e uma política de desemprego crescente, essa atividade informal só tende a crescer. A par de tudo isto, é de se acrescentar que o baixo nível político de nossos parlamentares e o lastimável nível cultural de nossos políticos tudo ligado à vocação para corrupção e que só faz aumentar essa atividade informal.*

*Vereadores, deputados e demais governantes, com rara exceções, em época de eleições, exploram esses trabalhadores e estes por sua vez, se empenham com tais homens públicos visando seu apoio futuro nas suas atividades comerciais.*

*A meu ver quando o povo conscientizar-se da importância e do poder do voto, elegendo político realmente comprometido com a problemática do povo sofrido, só assim alcançaremos uma política séria com o desenvolvimento do povo, com soluções dos problemas sociais e com pleno emprego, quando então as atividades informais deixarão de existir, não por imposição, mas sim por uma qualidade de vida em que a dignidade do ser humano será respeitada.*

As discussões realizadas, ao longo deste artigo, mostram a diversificação de termos e de enfoques, o campo das atividades informais e suas relações com o setor organizado e regido pelos moldes capitalistas de produção.

## Referências Bibliográficas

- CACCIAMALI, Maria Cristina A. As Economias Informal e Submersa: conceitos e distribuição de renda. In: Camargo, José Márcio, GIAMBIAGI, Fabio (Orgs.) Distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1991.
- \_\_\_\_\_. A expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil. Estudos Econômicos, v.19, n. especial, 1989.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: uma abordagem na região metropolitana de São Paulo. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia Informal Urbana: Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro, 1997.
- LINO, Hélio F.C. Economia Informal: uma discussão conceitual. São Paulo: PUC-SP. Dissertação (Mestrado em Economia), 1992.
- OIT- Organização Internacional do Trabalho. El empleo en el mundo. Genebra, 1995.
- SOUZA, Paulo Renato Costa. A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Tese (Doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1980.